

Marcílio indexa. Lenta e gradualmente

Jornal de Brasília • 7

Rio — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, voltou a negar ontem que o governo vá reindexar a economia. Ele admitiu que "talvez seja eficaz" corrigir plenamente os salários até três mínimos e as receitas do governo (impostos). Só não se pode generalizar a indexação, explicou, porque se não o remédio se torna prejudicial. "Uma dose muito grande pode matar o paciente", acrescentou. Marcílio lembrou que em meados dos anos 80, quando havia correção plena pela inflação, o salário real caiu.

Ele contou ter recebido informações de que na última semana de outubro a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apresentou desaceleração. Houve ainda em outubro, conforme o ministro, retração na base monetária (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos). De acordo com o ministro, isso é sinal de que as políticas monetária e fiscal restritivas "adotadas pelo governo a partir de julho" estão dando certo.

Equilíbrio

Essas políticas, afirmou, levam de seis meses a um ano para dar efeito e negou que o País esteja entrando em hiperinflação ou em um novo período recessivo. Segundo o

ministro, que ontem se reuniu com cerca de 60 empresários de todo o País na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Rio, "não há gás para alimentar o processo inflacionário", pois o governo está gerando superávits de caixa contínuos e "suas contas são transparentes". "Não há o menor risco de hiperinflação", frisou, garantindo que em fevereiro e março, quando a safra agrícola atual entrar no mercado, a inflação cairá.

Marcílio assinalou também que não há um novo surto recessivo, "tanto que o consumo de óleo diesel e de energia elétrica aumentaram". Ele também se mostrou satisfeito com a situação cambial "equilibrada" e explicou que o Banco Central saiu do mercado de ouro porque ele se tornou muito especulativo, com reflexos no mercado paralelo do dólar. A Balança Comercial também está melhorando, afiançou.

Segundo Marcílio, o governo deve enviar hoje ao Congresso um projeto de lei isentando de tributos como o PIS, Finsocial e IOF as despesas financeiras decorrentes de empréstimos para a produção, de mais de 30 dias. Isso, calcula, proporcionará redução de 25% a 30% nas taxas cobradas dos tomadores.

A tributação sobre despesas financeiras das empresas foi tema de uma reclamação contundente ao ministro, do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Jorge Aloysio Weber. Ele queixou-se de que um produto que sai da fábrica por Cr\$ 100 recebe tanta tributação que sobe para Cr\$ 344 antes de chegar ao consumidor. Weber afirmou que por isso há inflação e também qualificou de crime a recessão duradoura que o País está vivendo. Marcílio ouviu, demonstrando calma, esta e muitas outras reclamações e críticas dos empresários ao governo. Ele também manteve a serenidade quando o presidente da Federação das Indústrias do Ceará, Luís Esteves, perguntou porque, tendo o seu estado mais problemas que o Brasil, conseguiu equilibrar-se, mas a União, não. Marcílio respondeu que o Ceará pode demitir funcionários na medida necessária, coisa impossível ao Governo Federal.

A reunião de ontem foi feita a pedido do próprio Marcílio, no dia 27 último, horas depois que o presidente da República, Fernando Collor de Mello, fez um discurso chamando os empresários de covardes. A reunião serviria, assim, para mostrar que o presidente não estava generalizando.